

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**MUNICÍPIO DE ARROIO DO PADRE**

**GABINETE DO PREFEITO**

**Mensagem 33/2017**

**A**

**Câmara Municipal de Vereadores**

**Senhor Presidente**

**Senhores Vereadores**

Quero cumprimentá-los neste momento em que posa dar continuidade a regulamentação das questões do transito lhes encaminho projeto de Lei que dispõe sobre a criação da Junta Administrativa de Recursos de Infração de Trânsito – JARÍ.

A Jarí funcionará junto ao órgão executivo de trânsito, com atribuições e competências que lhe confere a Lei N° 9503 de 23 de setembro de 1997, que dispõe sobre o código de Transito Brasileiro.

Constam no Projeto de Lei todas as atribuições do colegiado assim como a sua composição (membros, períodos, mandatos).

Pela importância do disposto no Projeto de Lei 33/2017, conto com o apoio dos Senhores na sua aprovação.

Nada mais para o momento, despeço-me.

Atenciosamente.

Arroio do Padre, 03 de janeiro de 2017.

Leonir Aldrighi Baschi

Prefeito Municipal

***Ao Sr.***

***Rui Carlos Peter***

***Presidente da Câmara Municipal de Vereadores***

***Arroio do Padre/RS***



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**MUNICÍPIO DE ARROIO DO PADRE**

**GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO DE LEI Nº 33 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.**

Dispõe sobre a criação da Junta Administrativa de Recursos de Infração de Trânsito - JARI, no âmbito do município de Arroio do Padre.

**Art. 1º** Fica criada, nos termos desta lei, a Junta Administrativa de Recursos de Infração de Trânsito - JARI, que funcionará junto ao órgão executivo de trânsito, com as atribuições e competências que lhe confere a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que dispõe sobre o código de trânsito.

**Art. 2º** A Junta Administrativa de Recursos de Infração de Trânsito - JARI fará o julgamento dos recursos interpostos com relação a autuações por infrações de trânsito de competência municipal.

**Art. 3º** Integrarão a JARI os respectivos membros, com respectivos suplentes:

1. Um representante do órgão municipal de trânsito, que a presidirá;
2. Um representante de entidade da sociedade civil, com sede neste Município;
3. Um membro com conhecimento na área de trânsito, possuidor de no mínimo o ensino médio.

**Art. 4º** Após a indicação, os membros da JARI e seus suplentes serão nomeados por portaria do Prefeito Municipal.

**Art. 5°** A JARI somente poderá deliberar com a presença da maioria simples de seus integrantes, respeitada obrigatoriamente, a presença do Presidente ou de seu suplente.

**Art. 6°** Caberá a JARI criar o seu Regimento Interno, segundo as diretrizes do Conselho Nacional de Trânsito.

**Art. 7°** A organização e funcionamento da JARI serão regulados através de regimento aprovado pelo órgão colegiado e homologado pelo prefeito municipal.

**Art. 8°** O mandato dos membros da JARI será de dois anos, permitida a recondução.

**Art. 9º** Em caso de substituição de membros da JARI em meio a um mandato, o substituto cumprirá o tempo restante, observado o artigo anterior.

**Art. 10** O órgão de trânsito municipal prestará apoio administrativo e financeiro para o regular funcionamento da JARI.

**Art. 11** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Arroio do Padre, 03 de janeiro de 2017.

Visto Técnico:

Loutar Prieb

Secretário de Administração, Planejamento,

Finanças, Gestão e Tributos

Leonir Aldrighi Baschi

Prefeito Municipal